

IDENTIFICAÇÃO DOS USOS DO TERRITÓRIO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ROTEIRO METODOLÓGICO PARA GESTORES E PESQUISADORES

Raíssa Tamassia Côrtes

Fernando Souza Damasco

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

RESUMO

O acervo legislativo brasileiro não tem sido suficiente para garantir resoluções reais para a problemática ambiental, e mantém uma visão fragmentada que não relaciona questões sociais e meio ambiente. Nas Unidades de Conservação, conflitos territoriais perduram pela falta de compreensão e respeito aos usos tradicionais dos recursos naturais. Considerando o território como categoria principal de análise e a referência empírica na APA Caraíva Trancoso, apresenta-se uma proposta metodológica que prevê a identificação dos agentes e suas áreas de abrangência para compreender as múltiplas relações territoriais. A materialização de um mapa de usos do território cria uma ferramenta de auxílio à gestão de áreas protegidas, capaz de evidenciar conflitos e considerar as relações das comunidades locais com seu território.

Palavras-chave: unidades de conservação, usos do território, gestão de áreas protegidas, mapeamento.

ABSTRACT

The Brazilian legislative body has not been sufficient to guarantee real resolutions for the environmental problem, and maintains a fragmented vision that doesn't relate social issues and the environment. In Conservation Units, territorial conflicts persist due to the lack of understanding and respect for the traditional uses of natural resources. Considering the territory as the main category of analysis and empirical reference in the APA Caraíva Trancoso, this paper presents a methodological proposal that, through the identification of agents and their areas of coverage, seeks to understand the multiple territorial relations. The materialization of a map of territorial uses, create a tool to help the management of protected areas, capable of highlighting conflicts and considering the relations of local communities with their territory.

Key words: conservation unit, territorial uses, management of protected areas, mapping.

INTRODUÇÃO

A criação de Unidades de Conservação (UC) no Brasil é uma das principais estratégias de intervenção governamental em áreas naturais com objetivo de conservação da natureza, que compreende tanto a preservação de seus recursos ambientais quanto a promoção de usos sustentáveis que garantam a conservação dos ecossistemas na sua vinculação com as populações que deles dependem (BRASIL, 2000, Art. 2º). A promulgação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - Lei Federal nº 9.985/2000) foi um marco fundamental da política ambiental brasileira e efetiva o ordenamento territorial para este fim. Nele, foram definidos dois grupos de UCs com características distintas para atender às demandas de (i) proteção integral e (ii) uso sustentável de áreas naturais delimitadas. Essa lei redefine os procedimentos de criação e gestão de UCs no país e traz instrumentos que preveem a participação da sociedade na gestão dessas áreas protegidas. Entretanto, como aponta Diegues (1996), a ênfase na manutenção de espaços naturais "intocados", o foco no preservacionismo e a desconsideração das relações sociais

dentro desses espaços delimitados impede que se consolidem as funções sociais e ambientais previstas para essas unidades no próprio SNUC (BRASIL, 2000, Art. 4º e 5º).

A Unidade de Conservação não é apenas um dispositivo que reserva uma área delimitada para determinadas ações de ordenamento e gestão, mas se configura como um território em si, produzido através de práticas sociais mediadas pelas relações de poder (RAFFESTIN, 1993). Para além dos agentes estatais legitimados a estabelecer suas normas e regimes de uso, também coexistem nesse espaço setores da sociedade com diferentes vínculos territoriais estabelecidos historicamente. Acionamos, então, o território como “mediador espacial do poder” (HAESBAERT, 2016 [2004], p. 96), na medida em que a identificação dos usos revela como, na gestão dessas unidades, está tensionado permanentemente o conjunto das intencionalidades e dos desejos que se projetam sobre aquela parcela de natureza a ser protegida.

Ao estudar os usos do território numa UC de uso sustentável na região Sul da Bahia, no município de Porto Seguro, foi possível refletir sobre como incorporar uma abordagem territorial ao planejamento dessas áreas protegidas (CÔRTEZ, 2018; CÔRTEZ & DAMASCO 2019a, 2019b). Como desdobramento dessa pesquisa, o presente artigo consiste no esforço de estruturar uma proposta metodológica que aborde a identificação e o mapeamento de usos territoriais em Unidades de Conservação. Além de se destinar a pesquisadores no tema da gestão de áreas protegidas, pretende também alcançar um público importante e que nem sempre possui referenciais práticos para a execução de suas funções: os gestores das Unidades de Conservação. Sendo assim, a proposta aqui é compor, a partir de estudo de caso expresso em pesquisa monográfica anterior, um passo-a-passo prático capaz de realmente ser aplicável às diferentes realidades de UCs no Brasil. Esses passos metodológicos encontram-se detalhados nas próximas linhas que, esperamos, sejam de grande ajuda para todos aqueles envolvidos com a gestão de áreas protegidas.

POLÍTICAS AMBIENTAIS NO BRASIL: UMA BREVE TRAJETÓRIA DE ANTAGONISMOS

A dimensão ambiental dentro das políticas públicas brasileiras é relativamente recente. As primeiras regulamentações, que posteriormente viriam a nortear esse âmbito da legislação brasileira, se estruturaram a partir da década de 1930 e tiveram como foco a preocupação com o controle do uso dos recursos naturais, através dos Códigos das Águas (1934), Florestal (1934), da Pesca (1938), de Mineração (1940), do Estatuto da Terra (1964) e do novo Código Florestal (1965). Os anos de 1930 a 1970 constituíram a construção de uma base regulatória que resultaria no predomínio da utilização da legislação ambiental como instrumento de comando e controle (FREIRIA, 2011).

A partir da década de 1970, o movimento ambientalista mundial pressiona os governos a incorporar instrumentos de gestão ambiental às suas políticas públicas para prevenir impactos negativos sobre o meio ambiente. No Brasil, a aplicação das políticas ambientais entra em contradição com as políticas modernizantes e integradoras do Regime Militar (1964-1985). Mesmo assim, devido às pressões internacionais, é criada, em 1981, a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA - Lei nº 6.938, regulamentada em 1983). Essa política estabelece procedimentos

importantes que instauram os “custos de poluir”: o Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras no âmbito estadual, e as primeiras aplicações da Avaliação de Impactos Ambientais.

Em 1988, a promulgação da nova Constituição Federal marca a fase de democratização e descentralização decisória, que perdura até hoje. A própria Constituição possui capítulos específicos sobre a política urbana (art. 182º e 183º) e o meio ambiente (art. 225º), e a estratégia ambiental segue efetivada por um conjunto de programas, projetos e instrumentos de gestão. No ano seguinte, é criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), órgão que reúne as instituições responsáveis até então pelas políticas relacionadas aos recursos naturais e o meio ambiente, e passa a ser responsável pela administração das UCs.

Neste período, o Estado brasileiro passa a alocar recursos em instrumentos econômicos que incentivem a proteção do meio ambiente e inibam comportamentos predatórios (CUNHA & COELHO, 2018). A partir das prerrogativas da Constituição Federal, muitos grupos sociais associados aos biomas brasileiros começaram a defender a sua importância para a preservação dos espaços naturais em que habitam. O movimento dos seringueiros e, mais adiante, dos que viriam a ser chamados de povos e comunidades tradicionais, resultou na criação de novas categorias de Unidades de Conservação com o objetivo de conciliar atividades produtivas tradicionais à conservação ambiental, sendo a Reserva Extrativista a mais conhecida dentre elas (PORTO-GONÇALVES, 2003; SANTILLI, 2005).

Com a diversidade de categorias e o incremento expressivo dessas áreas protegidas entre o final dos anos 1980 e a década de 1990, emerge a necessidade de consolidar uma política nacional de conservação. Assim, é regulamentado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei nº 9.985, 2000).

O SNUC internaliza em sua concepção o embate entre duas visões distintas sobre a questão ambiental e a conservação de ecossistemas: o preservacionismo e o conservacionismo. Da primeira linha, que prevê o necessário afastamento do ser humano para a proteção dos ambientes, foram definidas as unidades de proteção integral, admitindo apenas o uso indireto dos recursos naturais. Já pela outra vertente, têm-se a definição das unidades de uso sustentável, que compatibiliza conservação da natureza com o uso direto de parcela dos recursos (VALLEJO, 2017) (Quadro 1).

Quadro 1: Grupos, objetivos de cada grupo, e categorias de Unidades de Conservação.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO		
Grupos	Objetivos	Categorias
PROTEÇÃO INTEGRAL	Preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais.	Estação Ecológica
		Reserva Biológica
		Parque Nacional
		Monumento Natural
USO SUSTENTÁVEL	Compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais.	Refúgio da Vida Silvestre
		Área de Proteção Ambiental
		Área de Relevante Interesse Ecológico
		Floresta Nacional
		Reserva Extrativista
		Reserva de Fauna
		Reserva de Desenvolvimento Sustentável
		Reserva Particular do Patrimônio Natural

Fonte: Brasil, 2000; 2002. Elaboração: Raíssa Côrtes, 2022.

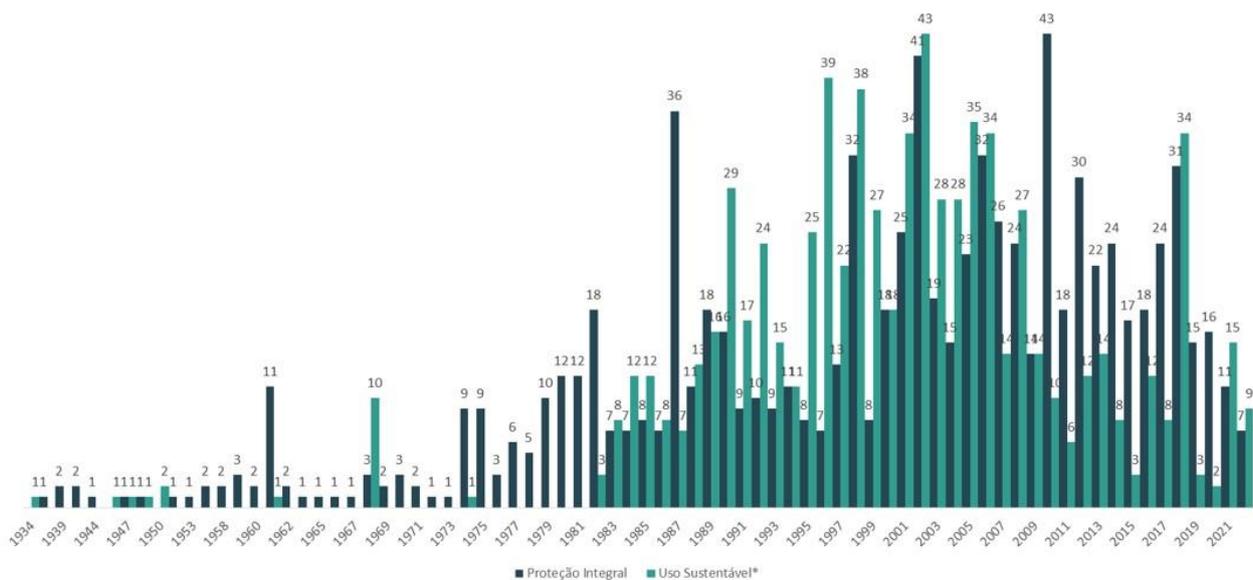
Paradoxalmente, no final da década de 1990, a privatização dos setores energéticos e minerais transfere a responsabilidade da gestão ambiental desses segmentos para o setor empresarial. O período também é marcado por programas governamentais com ênfase em projetos de infraestrutura, conflitante com as ações de cunho ambiental (CUNHA & COELHO, 2018). Apesar dos avanços, as políticas criadas pelo Estado brasileiro são fragmentadas e antagônicas. As mudanças nas estratégias econômicas não dialogaram adequadamente com as políticas ambientais, entre as quais inexistente integração entre regulação e gestão ambiental, mantendo-se uma lógica de que o comando e o controle seriam suficientes para solucionar os problemas ambientais (FREIRIA, 2011). Ainda, os setores administrativos espelham esse modelo desarticulado e fragmentado, o que dificulta a efetiva gestão ambiental das UCs nas diferentes esferas do governo (VALLEJO, 2017). Ou seja, dentro das próprias políticas consolidadas observam-se dualidades e antagonismos, como as linhas de pensamento distintas que compõem o SNUC e sua categorização de unidades de conservação, bem como há falta de diálogo entre as políticas e perspectivas de gestão.

PLANEJAMENTO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O DISTANCIAMENTO DO TERRITÓRIO

A criação da primeira área protegida nos moldes de parque nacional no mundo, o de Yellowstone em 1872, já veio acompanhada da reflexão sobre os usos racionais dos recursos

naturais, ou a necessidade de sua total proteção e distanciamento do homem (VALLEJO, 2017). A partir da virada do século XX, o modelo de parques nacionais se espalhou pelo mundo, e essa categoria manteve-se voltada, prioritariamente, à proteção das belezas cênicas e de recursos genéticos. Nos parques, a presença humana deveria ser muito restrita, e sua implantação em áreas já ocupadas ocasionou a remoção de vários grupos étnicos. Somente após 1960, a perspectiva conservacionista, que prevê o manejo e o uso racional dos recursos e ambientes naturais, ganha espaço nas discussões internacionais e traz mudanças conceituais na criação de UCs pelo mundo (VALLEJO, 2017).

No Brasil, o processo de criação de UCs seguiu a mesma lógica internacional. Na década de 1930 foram criados os primeiros parques nacionais, e apenas próximo aos anos 1970 inicia-se o estabelecimento de unidades de uso sustentável, com as florestas nacionais, e aumenta consideravelmente a criação de UCs federais, respondendo às pressões da crise ecológica global. Já a partir do final dos anos 1980, com a diversificação das categorias de UCs, consolida-se a criação de áreas protegidas com previsão de uso dos recursos naturais, gerando um novo salto na quantidade de UCs criadas (Figura 1).



* Quantidade de unidades de uso sustentável excluídas as Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Figura 1: Quantidade de Unidades de Conservação de Proteção Integral e Uso Sustentável criadas por ano no Brasil, desconsiderando a categoria de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, 2022. Elaboração: Raíssa Côrtes, 2023.

Na presente análise, sugere-se desconsiderar as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), que, apesar de representarem quase 70% das unidades existentes, têm área total correspondente a menos de 1% da soma da área total das UCs de uso sustentável (CNUC, 2022). Isto posto, a quantidade total de unidades de proteção integral supera ligeiramente a de uso sustentável, com destaque aos parques, considerando-se todas as esferas administrativas (Figura 2).

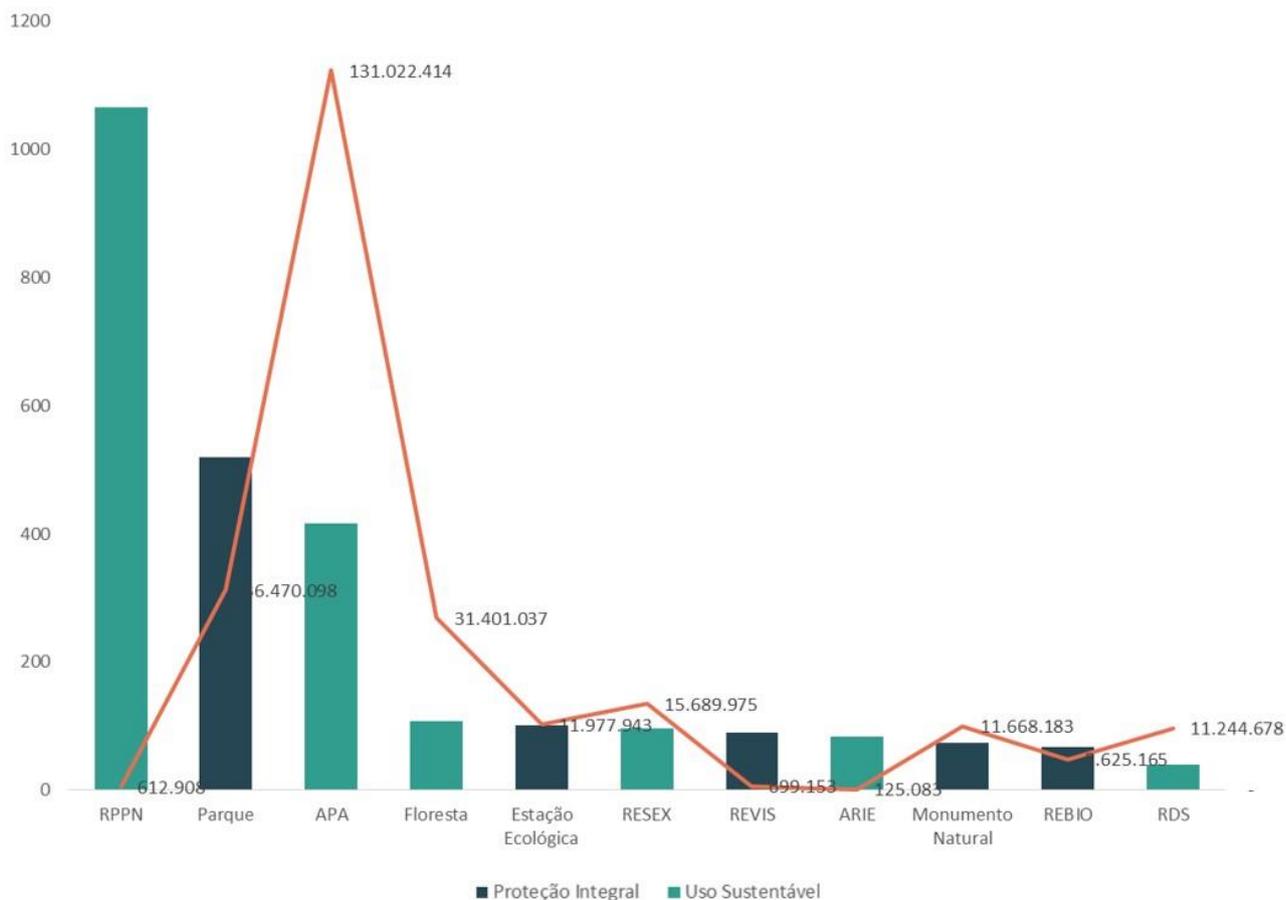


Figura 2: Quantidade e Área de Unidades de Conservação por Categoria.

Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, 2022. Elaboração: Raíssa Côrtes, 2023.

A política de implantação dos parques brasileiros se baseia em decisões centralizadas, que não advém necessariamente de demandas públicas pela proteção dessas áreas (VALLEJO, 2017). O estabelecimento de muitas unidades de proteção integral desconsiderou a existência das populações tradicionais que faziam uso desses territórios, resultando na desterritorialização de vários grupamentos sociais (DIEGUES, 1996; BARRETO FILHO, 2004). Frente a essas críticas, nota-se um esforço recente em ampliar a criação de unidades de uso sustentável (Figura 1).

Já entre as unidades de uso sustentável, as áreas de proteção ambiental (APA) são a principal categoria instituída pelos órgãos ambientais estaduais, e possuem extensas áreas (Figura

2). Por não ser prevista a desapropriação das terras, essa categoria possui custos de criação, implementação e gestão mais acessíveis quando comparadas às outras categorias de UCs e, historicamente, foi uma estratégia de ordenamento territorial utilizada pelos governos estaduais (CÔRTEZ, 2018). Evidencia-se ainda que unidades que preveem maior participação e governança das comunidades locais (Quadro 2), como as Reservas Extrativistas (RESEX) e de Desenvolvimento Sustentável (RDS), não são categorias de destaque no montante das UCs brasileiras (Figura 2).

A Lei do SNUC traz a figura de dois instrumentos necessários para a gestão das Unidades de Conservação: o conselho gestor e o plano de manejo. No caso de todas as unidades de proteção integral, seu conselho gestor é consultivo, composto pelo órgão responsável por sua administração, representantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil, proprietários de terras e, quando couber, populações tradicionais residentes, não prevendo necessariamente a participação da comunidade do entorno que não esteja formalmente organizada. Já nas unidades de uso sustentável, este instrumento não está regulamentado para todas as categorias, não estando definido o formato de conselho ou como deve se dar a participação comunitária nas decisões de uso dentro da unidade (Quadro 2).

Quadro 2: Categorias de unidades de conservação, domínio de terras, tipos de conselho gestor, e participação dos residentes no conselho gestor e na elaboração e revisão do plano de manejo.

	Categoria da Unidade de Conservação	Domínio		Conselho Gestor		Participação no Plano de Manejo
		Público	Privado	Tipo	Participação	
PROTEÇÃO INTEGRAL	Estação Ecológica	X		Consultivo	quando couber	não prevista
	Reserva Biológica	X		Consultivo	quando couber	não prevista
	Parque Nacional	X		Consultivo	quando couber	não prevista
	Monumento Natural	X	X	Consultivo	quando couber	não prevista
	Refúgio da Vida Silvestre	X	X	Consultivo	quando couber	não prevista
USO SUSTENTÁVEL	Área de Proteção Ambiental	X	X	*	obrigatória	prevista
	Área de Relevante Interesse Ecológico	X	X	*	*	quando couber
	Floresta Nacional	X		Consultivo	quando couber	quando couber
	Reserva Extrativista	X		Deliberativo	obrigatória	prevista
	Reserva de Fauna	X		*	*	*
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	X		Deliberativo	obrigatória	prevista
	Reserva Particular do Patrimônio Natural		X	*	*	*

* não regulamentado

Fonte: Brasil, 2000; 2002. Elaboração: Raíssa Côrtes, 2022.

O plano de manejo, é o

documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. (BRASIL, 2000, Art. 2º, item XVII)

A ampla participação da população local para elaboração deste importante instrumento está garantida apenas nas unidades de uso sustentável que possuem conselhos deliberativos – Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável, e nas APAs, que possuem obrigatoriedade da existência do conselho gestor, porém sem formato regulamentado (Quadro 2).

O acervo legislativo brasileiro não tem sido suficiente para garantir resoluções reais para a problemática ambiental e mantém uma visão fragmentada que não relaciona questões sociais e meio ambiente. O planejamento ambiental no Brasil segue focado nos processos de licenciamento, com ênfase nos elementos físicos, desconsiderando as relações sociais inerentes aos processos econômicos que geram impactos ambientais (AGUIAR, 2016).

A mesma lógica vem sendo aplicada às Unidades de Conservação. Além da falta de participação no processo de planejamento das UCs, seus planos de manejo mantêm-se focados em extensos estudos diagnósticos e esforços de zoneamento que desconsideram a complexa rede de relações e contradições desde a criação dessas áreas protegidas. A política das Unidades de Conservação não responde à questão ambiental e seus instrumentos de gestão não consideram os usos e as relações sociais, distanciando-se da realidade vivida nessas áreas protegidas. Prevalece a falta de diálogo, os conflitos, a desarticulação entre os instrumentos de gestão ambiental, a falta de infraestrutura e o enfraquecimento da principal política pública de conservação ambiental no Brasil.

ABORDAGEM TERRITORIAL EM UCs: OS USOS DO TERRITÓRIO

Apesar da Complexidade dos processos físicos merecer atenção dentro da gestão ambiental, as interações entre as estruturas físicas e sociais e as relações desiguais de poder influenciam nos usos e acessos aos recursos naturais (CUNHA & COELHO, 2018). Neste mesmo caminho, Bernardes & Ferreira (2018) afirmam que “os objetos espaciais refletem os conteúdos das relações sociais, e o valor do espaço expressa-se na qualidade, quantidade e variedade de recursos naturais disponíveis numa dada porção de espaço terrestre”. Portanto, território é a categoria fundamental para discutir sobre o planejamento ambiental em unidades de conservação, pois é, simultaneamente, espaço apropriado e de mediação de poder (HAESBAERT, 2016 [2004]).

O território compõe o processo de formação de uma sociedade: suas instituições, estruturas, funções, fluxos e fixos, suas relações temporais constituem a configuração territorial e a produção histórica do espaço (SAQUET, 2009; BERNARDES & FERREIRA, 2018). O território é produzido a partir da incorporação do espaço, e é ele o lugar das relações sociais, das trocas e das relações de poder, é o próprio espaço político (SAQUET, 2009).

Partindo do entendimento de poder em Foucault, a produção dos saberes parte das relações de poder, de onde criam-se verdades e leituras de mundo que validam essas relações (FRANÇA, 2017). Considerar que o poder são forças em constante embate e transformação, e que se configura como prática social constituída historicamente, é fundamental para analisar os usos existentes e previstos dentro das áreas protegidas. Para além de materializarem um conjunto de ideias sobre conservação ou preservação da natureza, as Unidades de Conservação são uma base física onde incidem relações de poder e iniciativas de controle territorial (COELHO et al., 2009).

Milton Santos apresenta uma proposta de análise que contempla as relações dentro de um espaço habitado - estudar o território usado. Através dos usos do território é possível relacionar os objetos físicos com um sistema de ações, articulando intenções, lei e normas que atuam no território usado pelo ser humano:

São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico. [...] quando quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana e a política. (SANTOS & SILVEIRA, 2006, p. 21, ênfase nossa).

A partir do estudo dos usos do território na Área de Proteção Ambiental Caraíva Trancoso, localizada no município de Porto Seguro (BA), foi possível iniciar uma aproximação metodológica para um levantamento que considere esses usos no planejamento ambiental de Unidades de Conservação.

OS USOS DO TERRITÓRIO NO PLANEJAMENTO AMBIENTAL DE UCs: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

A metodologia aplicada por Côrtes (2018) para análise dos usos do território na APA Caraíva Trancoso pode servir como base para a discussão de uma proposta metodológica que se aplique a diversas realidades, trazendo a abordagem territorial para a construção dos instrumentos de gestão de outras Unidades de Conservação. Em termos gerais, o levantamento de informações para realizar o mapeamento dos usos do território contou com cinco etapas principais: (1) levantamento documental; (2) identificação dos agentes territoriais; (3) definição dos parâmetros de avaliação; (4) realização de entrevistas e visitas a campo; e, finalmente, (5) mapeamento e elaboração da carta de usos do território (Figura 3).

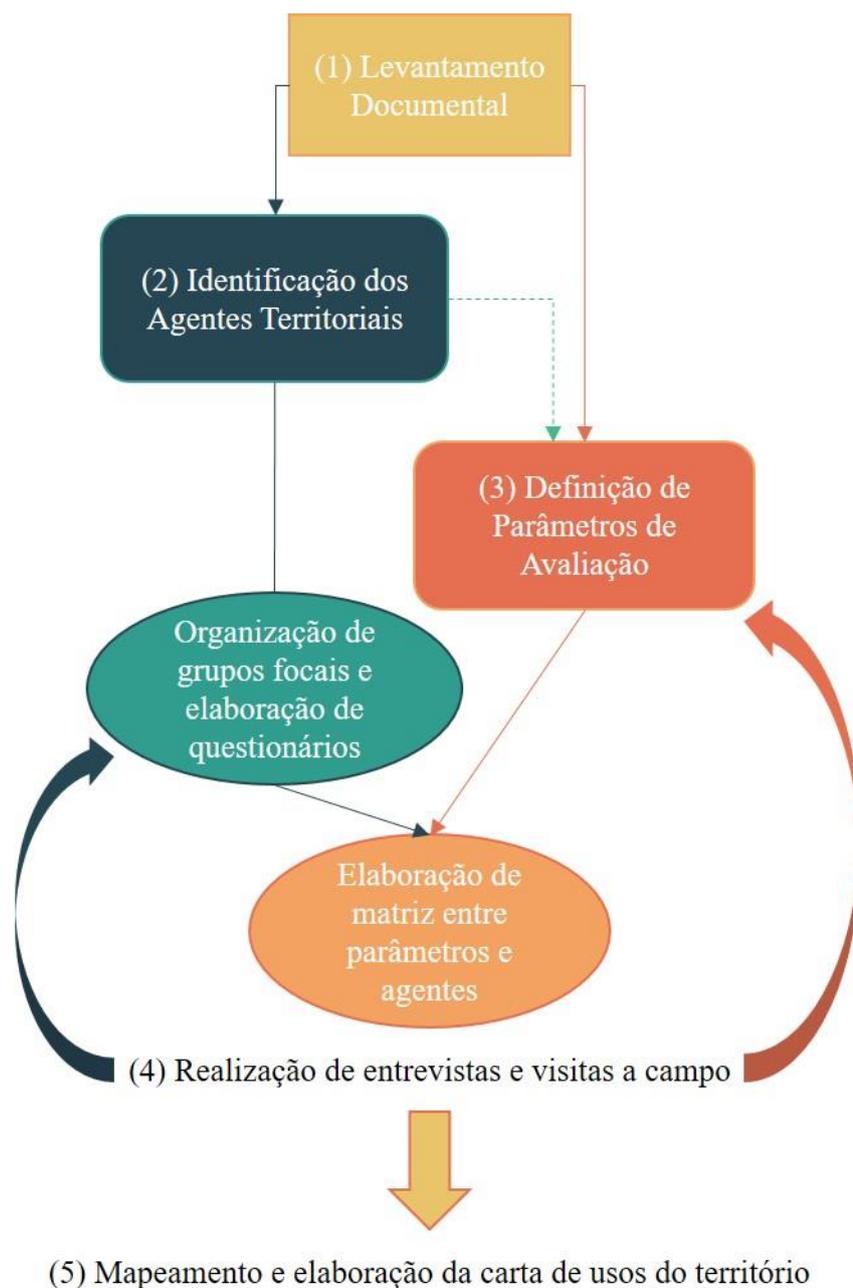


Figura 3: Etapas para levantamento de informações que subsidiam o mapeamento dos usos do território. Elaboração: Raíssa Côrtes, 2023.

Levantamento documental

O objetivo desta etapa é a identificação preliminar dos possíveis usos na unidade e a enumeração dos agentes territoriais a eles vinculados. Para isso, deve-se acessar documentos de criação da unidade em estudo (ato de criação, portarias de recategorização etc.), buscar os antecedentes da sua criação e os atores envolvidos (ato de criação, portarias de nomeação de

gestores e conselheiros), avaliar mapeamentos de uso da terra disponíveis, entre outros trabalhos publicados referente à unidade.

Os conflitos ocorridos quando da criação da unidade, e principalmente as objeções colocadas ao estabelecimento da área a ser protegida, podem ser muito úteis para a compreensão dos problemas do presente. A avaliação de estudos preliminares à implantação da unidade, o estudo do contexto histórico da criação e o acesso às atas do conselho gestor, se houver, podem auxiliar nesse caminho. A identificação dos atores centrais desse processo é fundamental, e essa atividade deve ser acompanhada de um esforço de registro para consolidação de um projeto de memória da unidade que sirva para a compreensão de sua trajetória, mas também para que futuras gerações tenham fontes disponíveis que deem conta de explicitar as razões de sua existência.

Identificação de agentes territoriais

Com a enumeração dos agentes identificados na etapa anterior, é possível agrupá-los em grupos focais, considerando os diferentes setores da sociedade (governamental, empresarial e sociedade civil), setores econômicos (agricultores, produtores rurais, comerciantes etc.) e grupos comunitários e tradicionais (pescadores, artesãos, indígenas, quilombolas etc.). Acessar esses agentes territoriais para levantar seus usos e suas demandas é essencial para a compreensão do território. A aplicação de entrevistas semiestruturadas é uma das ferramentas utilizadas para a coleta dessas informações em campo, e organizar os agentes em grupos focais facilita a elaboração de questionários específicos para cada grupo. Nesta etapa, devem ser consideradas instituições públicas e privadas, comunidades moradoras da unidade e do entorno, e empreendimentos realizados no território.

No caso da pesquisa realizada, devido ao seu tempo limitado, foram definidos apenas três grupos focais para os quais foram elaborados questionários. Para facilitar a compreensão de quem seriam esses agentes territoriais, o quadro 3 apresenta os agentes identificados na APA Caraíva Trancoso, os grupos focais definidos, e os agentes entrevistados. O mesmo quadro também traz os parâmetros de análise definidos para a pesquisa, etapa que será detalhada no próximo item.

Quadro 3: Agentes territoriais e parâmetros considerados no levantamento realizado em campo na APA Caraíva Trancoso.

AGENTE TERRITORIAL	PARÂMETROS CONSIDERADOS
Pescadores Artesanais ¹	Vínculo com o Território
Comunidades Indígenas ¹	
Pequenos Comerciantes ¹	Usos Principais Realizados
Trabalhadores Rurais	
Agricultores Familiares	Usos Restringidos
Artesãos ¹	
Turistas	Uso da Vegetação
Moradores de Veraneio	
Empresas de Celulose	Abrangência de uso
Latifundiários	
Hotéis e Resorts	Regularidade de uso
Condomínios de Luxo	
Prefeitura Municipal	Contra/a favor a APA
INEMA ²	
FUNAI ²	Beneficiado ou Afetado pela APA
ICMBio ²	
ONGs Ambientais ³	Relação com o Território (conflituosa, dependência ou convivência)
ONGs Sociais ³	
Associações	
Cooperativas ³	

Grupos focais entrevistados: 1 Comunidade; 2 Órgão Gestor; 3 Sociedade Civil Organizada.

Elaboração: Raíssa Côrtes, 2018.

Definição de parâmetros de avaliação

Para reconhecer os usos realizados por cada um dos agentes e como se dá sua relação com o território, a unidade e entre si, devem ser definidos parâmetros que serão avaliados para cada um dos agentes territoriais (Quadro 3). Nesta etapa, recomenda-se a elaboração de uma matriz, contendo cada um dos agentes identificados versus cada um dos parâmetros a serem levantados sobre a UC, como estratégia de apoio às coletas em campo. É importante que os parâmetros de avaliação sejam definidos a partir dos objetivos do estudo ou do levantamento proposto. Na pesquisa realizada, os parâmetros definidos tiveram como principal objetivo compreender as relações dos agentes com a Unidade de Conservação, e foram selecionados os seguintes parâmetros:

- Vínculo com o território: elementos “resultantes das ações ou práticas sociais de condução e representação da vida [que] dependem, portanto, de uma relação com as externalidades, com os vários âmbitos de integração socioespacial, que nos diz sobre a sujeição a tais, que implique desterritorialização e reterritorialização dominantes, ou construção de territorialidades autocentradas” (Heidrich, 2006, p. 42).
- Principais usos realizados: identificar quem mora na unidade, onde estão concentrados os recursos financeiros, quais as principais atividades econômicas e onde elas ocorrem, quem trabalha e quem emprega, como se realizam os movimentos dentro da unidade, seja de moradores, visitantes, trabalhadores etc.
- Usos restringidos: esses usos podem se relacionar tanto às restrições de usos da categoria de UC, quanto aos usos que são restringidos por um agente territorial sobre os outros.
- Usos da vegetação: elemento importante de se compreender dentro das áreas protegidas, até mesmo as de proteção integral. O levantamento dos usos do território não deve negligenciar os usos da vegetação nativa, mesmo que não estejam previstos na categoria da unidade. Ainda, deve-se considerar sobreposições com outras áreas protegidas, como áreas de preservação permanente, e também áreas agrícolas.
- Abrangência de uso: essencial para possibilitar o posterior mapeamento dos usos do território, pois cada agente territorial pode ter uma percepção diferenciada da abrangência do seu uso. Essa análise é feita tanto através da entrevista quanto pela visita a campo da unidade em estudo.
- Regularidade de uso: considera potenciais de visitação da unidade, seus moradores permanentes e temporários, as propriedades particulares, latifúndios e empreendimentos, os fluxos do território etc.
- Contra ou a favor, beneficiado ou afetado pela unidade: buscou-se a opinião de cada agente sobre a unidade. Foi um parâmetro importante para compreender o histórico da UC e o nível de envolvimento da comunidade residente e do entorno na sua criação e implementação.
- Relação com o território: esse parâmetro levou em consideração as relações de conflito, dependência ou convivência com a UC, a partir dos dados levantados nas entrevistas.
- Estrutura disponível: registro de como os aparelhos públicos atendem cada um dos agentes identificados em termos de educação, saúde, eletricidade, saneamento básico, disponibilidade de água e coleta de lixo.

Ao avaliar os parâmetros selecionados, nota-se que aqueles relacionados aos usos (principais usos, usos restringidos, usos da vegetação, abrangência de usos) são capazes de evidenciar os conflitos dentro do território, e, conseqüentemente, as relações de poder delineadas. A matriz que correlaciona os agentes territoriais com cada um dos parâmetros selecionados é uma ótima ferramenta de campo e análise (Quadros 4 e 5)

Quadro 4: Agentes territoriais identificados na APA Caraíva Trancoso, vínculo com território, usos principais, usos restringidos e uso da vegetação.

AGENTE TERRITORIAL	Vínculo com o Território	Usos Principais Realizados	Usos Restringidos	Faz uso da vegetação? Como?
Pescadores	Território tradicional	Moradia, pesca, recreação.	Propriedades privadas restringem o acesso a praia.	Vegetação de restinga para confecção de armadilhas.
Comunidades Indígenas	Território tradicional	Moradia, roça, artesanato, caça, trabalho, turismo, recreação, rituais.	Conflitos com latifundiários, e restrições para domesticação de animais silvestres.	Confecção de artesanato, material para construção, medicina tradicional.
Pequenos Comerciantes	Fonte de renda	Moradia, trabalho, recreação.	Acesso restrito para o fornecimento de materiais.	(não faz uso)
Trabalhadores Rurais	Fonte de renda	Moradia, trabalho, recreação.	(não possui)	Plantios agrícolas.
Agricultores Familiares	Fonte de renda	Moradia, trabalho, recreação.	Acesso restrito para o fornecimento de materiais.	Plantios agrícolas.
Artesãos	Fonte de renda	Moradia, trabalho, turismo, artesanato, recreação.	Acesso restrito para o fornecimento de materiais.	Confecção de artesanato, material para construção.
Turistas	Utilitário/Recreativo	Passeios, praias.	(não possui)	Apreciação estética, recreação, compra de artesanatos.

Moradores de Veraneio	Residencial/Recreativo	Passeios, praias.	(não possui)	Apreciação estética, recreação, compra de artesanatos.
Empresas de Celulose	Apropriação para exploração econômica	Áreas de fomento em propriedades rurais.	APPs, distância de 10 km do litoral para o plantio, TI's e outras áreas protegidas.	APPs, plantios agrícolas.
Latifundiários	Apropriação para exploração econômica	Pecuária extensiva; plantios de coco, mamão e café.	APPs, TI's e outras áreas protegidas.	Áreas de supressão, uso irregular em APP.
Hotéis e Resorts	Apropriação para exploração econômica	Hospedagem	Licenciamentos das atividades, condicionantes e TAC's.	Apropriação estética/paisagística, supressão de vegetação para implantação do empreendimento.
Condomínios de Luxo	Residencial/apropriação estética	Fins recreativos	Limitação de área de ocupação (5 - 15%), licenciamento do empreendimento.	Apropriação estética/paisagística, supressão de vegetação para implantação do empreendimento.

Elaboração: Raíssa Côrtes, 2018.

Quadro 5: Agentes territoriais identificados na APA Caraíva Trancoso, regularidade de uso, opinião sobre a APA e relação com o território.

AGENTE TERRITORIAL	Regularidade de uso do território	Opinião sobre a APA				Relação com o território			
		A favor?	Contra?	Foi beneficiado?	Foi afetado?	Como?	Conflituosa	Dependência	Convivência
Pescadores	Integral.	X		Benefício indireto, através dos projetos aprovados e condicionantes do licenciamentos.				X	
Comunidades Indígenas	Integral.		Indiferente. Não houve consulta nem informação sobre a APA, não participavam do conselho gestor.				X		
Pequenos Comerciantes	Integral.	X		Benefício indireto. Agrega valor ao produto/serviço.					X

Trabalhadores Rurais	Integral (moradia), e ocasional (época de colheita nas fazendas).	Indiferente. Não possui informações sobre a APA.		X
Agricultores Familiares	Integral.	Indiferente. Não possui informações sobre a APA.		X
Artesãos	Integral.	Indiferente. Não possui informações sobre a APA.		X
Turistas	Temporário.	Indiferente. Não possui informações sobre a APA.		X
Moradores de Veraneio	Ocasional.	Indiferente. Não possui informações sobre a APA.		X
Empresas de Celulose	Ocupação permanente da terra, presença ocasional do proprietário.	Afetado. Regras de uso e submissão das atividades ao conselho gestor.	X (APA)	
Latifundiários	Ocupação permanente da terra, presença ocasional do proprietário.	Ambos. Valorização das terras, porém regras de uso e submissão das atividades ao conselho gestor.	X (APA)	
Hotéis e Resorts	Permanente.	Afetado. Regras de ocupação e submissão das atividades ao conselho gestor.	X (APA)	
Condomínios de Luxo	Edificações permanentes, uso ocasional.	Afetado. Regras de ocupação e submissão das atividades ao conselho gestor.	X (APA)	

Elaboração: Raíssa Côrtes, 2018.

Realização das entrevistas e visitas a campo

É indicado que o trabalho consiga entrevistar representantes de cada um dos grupos focais definidos, sendo o cenário ideal acessar todos os agentes territoriais identificados. No trabalho realizado na APA Caraíva Trancoso, as entrevistas consideraram perguntas pré-definidas aplicadas a todos os entrevistados que faziam parte do mesmo grupo. Junto aos entrevistados definidos como “comunidade” (grupo 1, Quadro 3), o foco do questionário foi compreender como os moradores da APA viam a unidade, se tinham conhecimento da existência dela, se sua existência tinha influência em suas atividades, e quais atividades eram realizadas por eles. Ao conversar com o órgão gestor (grupo 2, Quadro 3) o objetivo principal foi entender o histórico da APA e a participação da comunidade nesse processo. Já o questionário voltado à sociedade civil organizada (grupo 3, Quadro 3) procurou verificar quais as principais atividades da instituição na região e dentro da APA, o público-alvo dessas atividades e quais os objetivos da instituição dentro da APA. Nos questionários buscou-se identificar a área de abrangência de uso de cada grupo de forma a viabilizar a elaboração do mapa de usos do território. Ainda, todos os grupos foram questionados sobre quais eram os principais atores que eles identificavam e quais os principais conflitos dentro da unidade.

A partir do que for coletado em campo, deve ser possível ajustar os parâmetros mais adequados ao que se pretende compreender com o levantamento, bem como retroalimentar os grupos focais com possíveis novos agentes territoriais identificados. No nosso caso, a cada entrevista realizada, mais elementos sobre a unidade eram levantados, aumentando o espectro da pesquisa. Os questionários elaborados seguem anexos a este trabalho, de forma a enriquecer o roteiro proposto.

As visitas em campo também procuram obter uma visão geral dos usos na unidade. No caso, foram visitados diversos pontos dentro da APA que permitiram a percepção dos pesquisadores sobre os parâmetros previamente definidos e que foram observados tanto durante as entrevistas quanto ao percorrer a UC.

Mapeamento e elaboração da carta de usos do território

O mapeamento dos usos do território deve contar com a análise dos dados obtidos nas etapas anteriores. Para cada estudo de caso, podem ser necessárias análises distintas, a depender dos objetivos do levantamento.

Através das entrevistas e visitas a campo, deve-se delimitar as áreas de abrangência dos agentes territoriais. Nas conversas realizadas para a pesquisa com a APA Caraíva Trancoso, foram identificados pontos geográficos de referência indicados pelos entrevistados. Nas visitas em campo, foram coletados pontos de GPS que permitiram a espacialização das informações obtidas, e para o mapeamento em si, houve o uso de bases cartográficas disponibilizados pelos órgãos competentes, incluindo limites e zoneamento da unidade.

A partir daí, devem ser definidas classes de uso para melhor caracterizar a dinâmica do território. A definição dessas classes deve levar em conta, além dos usos apontados pelos agentes, as áreas de usos restringidos pela legislação, considerando a categoria e o zoneamento da unidade

foco do estudo, sobreposições de diferentes UCs, e outras legislações pertinentes a cada caso. Ainda, o mapeamento de classes de usos econômicos, visto o histórico de criação da unidade e das dinâmicas territoriais, bem como atividades que geram impactos ambientais, agregam informações importantes para evidenciar conflitos de uso.

O próximo item irá detalhar as análises realizadas e os resultados obtidos no caso da APA Caraíva Trancoso, de forma a materializar como se deu o mapeamento dos usos do território proposto pelo trabalho.

APA CARAÍVA TRANCOSO (PORTO SEGURO, BA): ESTUDO DE CASO SOBRE OS USOS DO TERRITÓRIO

No levantamento feito na APA Caraíva Trancoso (CÔRTEZ, 2018) procurou-se compreender os usos realizados no território da unidade, a partir das relações sociais desenvolvidas após a criação da UC. Ao abordar esses usos, foi possível identificar como os diferentes sujeitos sociais usam o território, refletir sobre como eles se relacionam e de que forma isso transforma o ambiente em que vivem. Como o objetivo do presente trabalho é, a partir do que foi realizado, estruturar uma proposta metodológica com potencial de aplicação em outras UCs, este item apresenta o detalhamento de como se deu o mapeamento dos usos do território naquele caso. Esse formato de mapeamento foi escolhido como uma ferramenta de análise que fosse além da distribuição geográfica dos tipos de uso e cobertura da terra, buscando-se identificar a complexidade dos usos territoriais, os agentes envolvidos e os dilemas colocados à conciliação de interesses para a gestão da unidade.

Para mapear os usos do território foi necessário, inicialmente, caracterizar a configuração da estrutura territorial dentro da APA Caraíva Trancoso. Essa análise foi possível a partir da identificação das principais atividades econômicas, de áreas de expansão da fronteira agrícola e urbana, das áreas de concentração populacional, e dos movimentos de trabalhadores e turistas dentro da APA. Como o turismo é uma das principais atividades na região, as suas principais atividades giram em torno dos núcleos populacionais e sedes distritais, que foram considerados núcleos de dinamização territorial. Entre esses núcleos, existem remanescentes naturais e áreas agrícolas, classificadas como áreas intermediárias de exploração. As áreas litorâneas exploradas pelo turismo também foram mapeadas.

O próximo passo foi classificar os agentes territoriais, reorganizando-os em subgrupos para melhor compreender sua relação com o território e entre si (Quadro 6).

Quadro 6: Classificação dos agentes territoriais identificados em subgrupos.

GRUPOS FOCAIS	CLASSIFICAÇÃO	AGENTES TERRITORIAIS
Comunidade	Agentes originários ou tradicionais	Indígenas Pescadores Artesanais
	Agentes que tem o território como fonte de renda	Pequenos Comerciantes Artesãos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares
	Agentes de uso ocasional ou temporário	Turistas Moradores de Veraneio
	Agentes relacionados a exploração ou dominação territorial	Hotéis e Resorts Condomínios de Luxo Empresas de Celulose Latifundiários
Órgão Gestor	Agentes relacionados a gestão do território	Prefeitura Municipal INEMA FUNAI ICMBio
Sociedade Civil Organizada		ONGs Ambientais ONGs Sociais Associações Cooperativas

Elaboração: Raíssa Côrtes

Delimitando as áreas de atuação de cada um desses subgrupos, através das informações obtidas nas entrevistas e visitas a campo, seguiu-se ao estudo das sobreposições dessas áreas. Essa análise evidencia as nuances das relações dentro da unidade, inclusive possíveis áreas de conflito, quando se identificam usos que não conseguem coexistir ou relações de dominação e exploração de pessoas e seus territórios. Foram observadas sobreposições entre: (1) dominação rural versus usos tradicionais; (2) dominação rural versus fonte de renda; (3) exploração urbana versus fonte de renda; e (4) exploração urbana versus usos tradicionais (Figura 4).

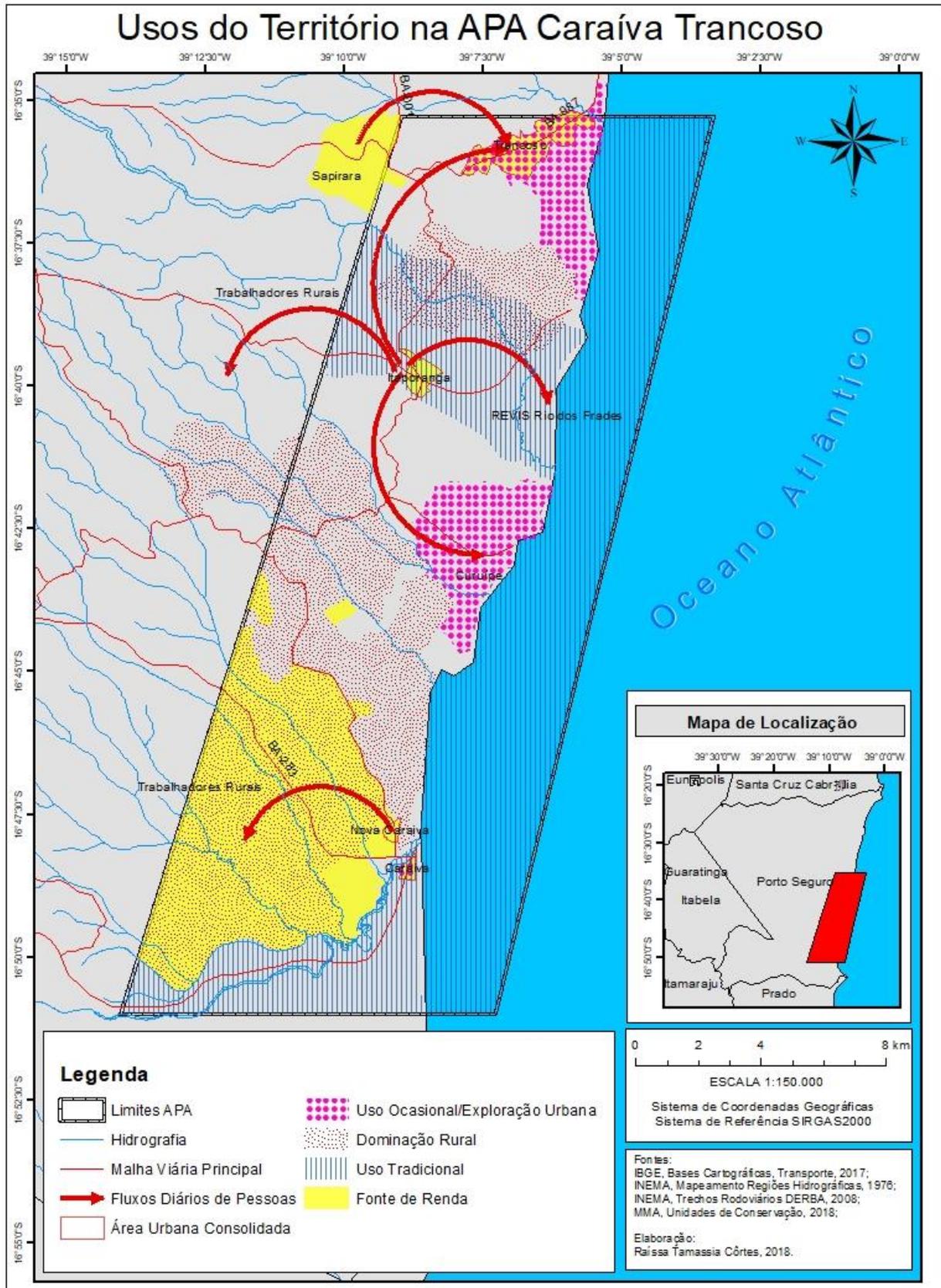


Figura 4: Área de abrangência dos agentes territoriais identificados dentro da APA Caraíva Trancoso. Elaboração: Raíssa Côrtes.

Na APA Caraíva Trancoso, chegamos à definição de 18 classes que buscaram caracterizar a dinâmica de uso do território dentro da unidade (Figura 5). Com a análise do mapeamento realizado, foram identificadas: (1) áreas de expansão urbana e rural, que colocam em risco a conservação de remanescentes de vegetação nativa; (2) grande atividade de especulação imobiliária, que também foi um destaque dado pelo trabalho frente à influência que esse uso tem nas relações dentro do território, bem como o risco à conservação; (3) os fluxos de pessoas dentro da APA, para compreender a dinâmica do território e as relações de poder ali estabelecidas; (4) áreas de uso tradicional, como a identificação da iniciativa de um turismo de base comunitária, que nos leva a refletir sobre a adaptação dos diferentes agentes locais aos usos hegemônicos impostos ao território; e (5) áreas de possíveis conflitos territoriais, através da análise das sobreposições de usos e a reflexão sobre sua coexistência ser pacífica, exploratória ou conflituosa.

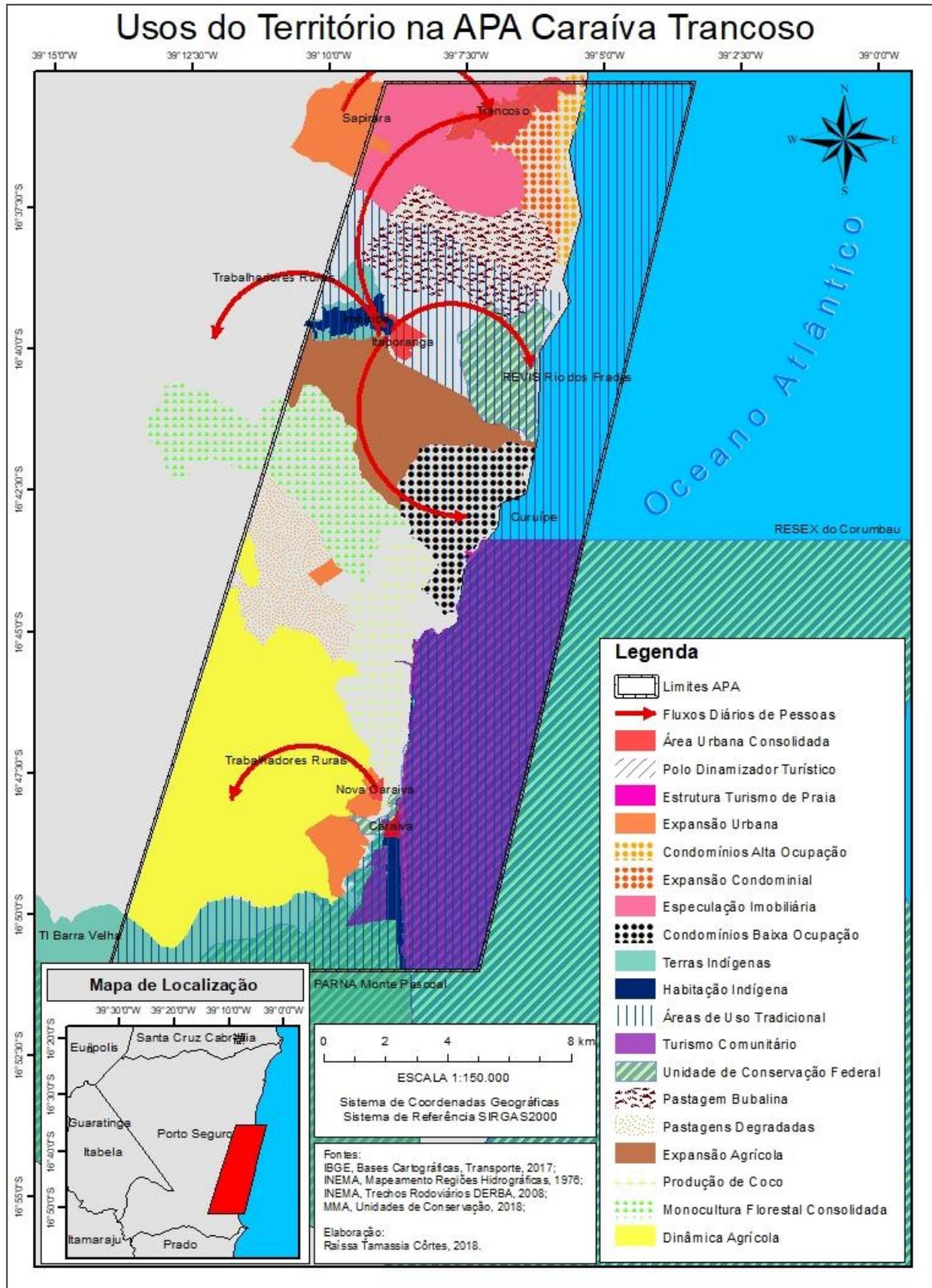


Figura 5: Mapa dos usos do território na APA Caraíva Trancoso. Elaboração: Raíssa Côrtes, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mapear os usos do território nos propõe a imersão no território estudado para além dos levantamentos de cobertura da terra ou diagnósticos ambientais. Busca-se aprofundar o conhecimento sobre quem produz o território: seus agentes. A proposta metodológica apresentada permite materializar os usos do território através de um mapa, de forma a compor um rol de informações importantes e capazes de subsidiar a compreensão das relações humanas dentro da Unidade de Conservação, como visto para a APA Caraíva Trancoso.

Tanto em unidades de uso sustentável quanto de proteção integral, conflitos territoriais perduram pela falta de compreensão e respeito aos usos tradicionais, mantendo o privilégio de usos hegemônicos ou através de proteção aos recursos naturais que não dialogam com os usos das comunidades. O mapeamento dos usos do território não se detém ao espaço físico, é uma ferramenta de análise com o potencial de agregar um novo olhar à gestão das Unidades de Conservação, que considere as relações das comunidades locais com seu território, respeite seus usos, e alinhe a conservação ambiental a essas premissas. A aplicação da metodologia proposta neste trabalho atende a gestores e pesquisadores comprometidos que buscam incorporar essa perspectiva aos instrumentos de gestão de suas unidades de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, T. C. **Planejamento Ambiental: o desafio da interação sociedade/natureza**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

BARRETO FILHO, H. T. **Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil**. In: RICARDO, F. P. (Org.) Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza – o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. M. **Sociedade e Natureza**. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Org.) A Questão Ambiental: diferentes abordagens. 10ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018, cap. 1, p. 17-42.

BRASIL. **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Brasília, 2000.

CADASTRO NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – CNUC. **Dados Consolidados: Paineis Unidades de Conservação Brasileiras**. Atualizada em julho de 2022. Disponível em: <<https://cnuc.mma.gov.br/>> Acesso em: 27 jan. 2023.

COELHO, M. C. N.; CUNHA, L. H.; MONTEIRO, M. de A. **Unidades de Conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política**. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (org.) Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CÔRTEZ, R. T. **Usos do Território e a Gestão de Áreas Protegidas: as relações na APA Caraíva Trancoso (Porto Seguro, BA)**. 2018. Monografia (Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2018.

- CÔRTEZ, R. T.; DAMASCO, F. S. **Dinâmicas Territoriais na Gestão de Áreas Protegidas: os usos do território na APA Caraíva Trancoso (Porto Seguro, BA)**. In: Anais do XIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. São Paulo: 2019a.
- CÔRTEZ, R. T.; DAMASCO, F. S. **Os Usos do Território e a Gestão de Áreas Protegidas: o caso da APA Caraíva Trancoso (Porto Seguro, BA)**. Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação. Niterói, RJ. Vol. 7, nº 11. 2019b. DOI: <https://doi.org/10.47977/2318-2148.2019.v7n11p29>
- CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N. **Política e Gestão Ambiental**. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Org.) A Questão Ambiental: diferentes abordagens. 10ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018, cap. 2, p. 43-79.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, Nupaub-USP, 1996.
- FRANÇA, G. K. C. De S. **Uma Teoria do Poder em Foucault**. Cadernos do PET Filosofia, v. 8, n. 16, p. 19-27, 2017. Disponível em: < <https://doi.org/10.26694/pet.v8i16> >. Acesso em 15 out. 2022.
- FREIRIA, R. C. **Direito, Gestão e Políticas Públicas Ambientais**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016 [2004].
- HEIDRICH, A. **Territorialidades de exclusão e inclusão social**. In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C. (orgs.). Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 21-44.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Geografando nos Varadouros do Mundo: da territorialidade seringalista (o Seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)**. Brasília: IBAMA, 2003.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, IEB, ISA, 2005.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SAQUET, M. A. **Por uma abordagem territorial**. In: SAQUET, M. A. & SPOSITO, E. S. (Org.) Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos. Ed. Expressão Popular, São Paulo, SP: UNESP, 2009.
- VALLEJO, L. R. **Tempo, Espaço e Contradições na Proteção das Áreas Naturais: as políticas públicas e a conservação ambiental no Estado do Rio de Janeiro (1975 a 2002)**. Niterói: Alternativa Editora, 2017.

ANEXOS

ÓRGÃO GESTOR	LOCALIDADE
	REFERÊNCIA
LOCAL DA ENTREVISTA	
<input type="checkbox"/> CASA	<input type="checkbox"/> ESTABELECIMENTO COMERCIAL
<input type="checkbox"/> CASA DE VERANEIO	<input type="checkbox"/> HOTEL
<input type="checkbox"/> ESCRITÓRIO	<input type="checkbox"/> PROPRIEDADE RURAL
<input type="checkbox"/> LOCAL DE TRABALHO	
NOME	
FORMAÇÃO	
CARGO/FUNÇÃO	
Há quanto tempo trabalha/Quanto tempo trabalhou no órgão gestor?	
1) Quais os principais fatos que você destaca na criação da APA?	
2) Como foi a participação da comunidade neste processo?	
3) O que foi considerado na definição da composição do conselho gestor?	
4) As atividades tradicionalmente realizadas na área da APA foram consideradas para o zoneamento e plano de manejo da Unidade?	

5) Como ocorreu a conciliação das atividades já realizadas na área da APA com os objetivos da Unidade?

6) Para você, quais os principais atores (pessoas, órgãos não governamentais, associações, empresas, etc.) que influenciam nas atividades realizadas na APA?

7) Qual o principal conflito de uso que você apontaria dentro da Unidade?

8) Há alguma área/localidade da APA que se destaque na ocorrência e concentração desses conflitos?

9) Qual você considera ser o papel do órgão gestor na mediação desse(s) conflito(s)?

10) Na sua opinião, a APA tem conseguido atingir seus objetivos como Unidade de Conservação de Uso Sustentável?

SIM

NÃO*

*O que, na sua opinião, está faltando para que os objetivos sejam alcançados?

COMUNIDADE		LOCALIDADE
		REFERÊNCIA
LOCAL DA ENTREVISTA		
<input type="checkbox"/>	CASA	<input type="checkbox"/> ESTABELECIMENTO COMERCIAL
<input type="checkbox"/>	CASA DE VERANEIO	<input type="checkbox"/> HOTEL
<input type="checkbox"/>	ESCRITÓRIO	<input type="checkbox"/> PROPRIEDADE RURAL
<input type="checkbox"/>	LOCAL DE TRABALHO	<input type="checkbox"/> _____
INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL		
<input type="checkbox"/>	Eletricidade	<input type="checkbox"/> Posto de Saúde
<input type="checkbox"/>	Água encanada	<input type="checkbox"/> Escola
<input type="checkbox"/>	Saneamento	<input type="checkbox"/> Outros:

NOME		

IDADE		SEXO
<input type="text"/>		<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M
OCUPAÇÃO		

LIDERANÇA COMUNITÁRIA?		<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
ESCOLARIDADE		Há quanto tempo mora na região?

1) Você acompanhou o processo de criação da APA?		
<input type="checkbox"/>	SIM*	* Como se deu a participação da comunidade nesse processo?
<input type="checkbox"/>	NÃO	
3) Para você, qual a importância da APA?		

4) Como é a participação da comunidade no conselho gestor/gestão da APA?		

5) Ocorreram mudanças nas atividades que eram realizadas e no cotidiano com a criação da APA? Quais?

6) Para você, quais os principais atores (pessoas, proprietários rurais, órgãos governamentais, órgãos não governamentais, associações, empresas, etc.) que influenciam nas atividades realizadas na APA?

7) No dia-a-dia, você utiliza elementos ou espaços da APA?

SIM* NÃO

* Se sim, como você utiliza a APA?

* Quais elementos?

EQUIPAMENTOS URBANOS (Quais?/Aonde?)

Estradas Posto de Saúde
 Escolas Outros:

ÁGUA

Rios, mar, mangue, praia Irrigação
 Dessedentação humana Outros:
 Dessedentação animal

SOLO

Agricultura
 Permanente Temporária
 Utiliza agrotóxico Não utiliza agrotóxico
 Morro abaixo Curvas de nível
 Adubação química Adubação orgânica

Quais culturas?

<input type="text"/>	Pecuária	<input type="checkbox"/>	Gado de corte	<input type="checkbox"/>	Gado de leite
		<input type="checkbox"/>	Extensivo	<input type="checkbox"/>	Confinado
		<input type="checkbox"/>	Rotativo		
<input type="text"/>	Aquicultura				
Onde comercializa a produção da sua propriedade?					
Estabelece trocas?					
	<input type="checkbox"/>	SIM*	<input type="checkbox"/>	NÃO	
* Se sim, com quem?					
* Quais produtos são trocados?					
Ocorrem áreas de erosão do solo em sua propriedade?					
	<input type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO	
VEGETAÇÃO					
<input type="text"/>	Visitação/trilhas	<input type="checkbox"/>	Raízes		
<input type="text"/>	Folhas	<input type="checkbox"/>	Madeira		
<input type="text"/>	Frutos	<input type="checkbox"/>	Outros:		
Quais as espécies utilizadas?			Com quais finalidades?		
FAUNA					
<input type="text"/>	Caça	<input type="checkbox"/>	Apicultura		

<input type="checkbox"/>	Pesca	<input type="checkbox"/>	Outros:
<i>SUBSOLO</i>			
<input type="checkbox"/>	Poço	<input type="checkbox"/>	Garimpo
<i>PAISAGEM (atividades relacionadas ao turismo)</i>			
<input type="checkbox"/>	Hospedagem	<input type="checkbox"/>	Barracas de praia
<input type="checkbox"/>	Passeios	<input type="checkbox"/>	Outros:
8) Poderia apontar as principais fontes de poluição da APA?			
9) Qual a importância da APA para você?			

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	LOCALIDADE
	REFERÊNCIA
LOCAL DA ENTREVISTA	
<input type="checkbox"/> CASA	<input type="checkbox"/> ESTABELECIMENTO COMERCIAL
<input type="checkbox"/> CASA DE VERANEIO	<input type="checkbox"/> HOTEL
<input type="checkbox"/> ESCRITÓRIO	<input type="checkbox"/> PROPRIEDADE RURAL
<input type="checkbox"/> LOCAL DE TRABALHO	
NOME	
FORMAÇÃO	
CARGO/FUNÇÃO	
Há quanto tempo trabalha/Quanto tempo trabalhou na Instituição?	
1) Quais as principais atividades da instituição na região?	
2) Qual público-alvo dessas atividades?	
3) Quais os objetivos da atuação da instituição na APA?	
4) Quais as principais atividades da instituição dentro da APA?	
5) Qual a área de atuação da instituição dentro da APA? (mapa)	
7) Quais os principais atores (pessoas, órgãos não governamentais, associações, empresas, etc.) que influenciam nas atividades realizadas na APA?	

8) Quais os principais conflitos de uso que você apontaria dentro da Unidade?